

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-244-9
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.
CDD 370.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

Diane Daniela Gemelli
(UNESPAR/União da Vitória)

Silas Rafael da Fonseca
(UNESPAR/União da Vitória)

RESUMO: A dinâmica econômica e social da atualidade no Contestado é reflexo das ações estabelecidas ao longo do último século expressas na estrutura fundiária, na busca pela homogeneização espacial por meio da monocultura do *Pinus* e nos significados e desdobramentos da negação à diversidade com repercussões à tessitura territorial e social, tais como: pobreza, falta de emprego e contraditoriamente o sonho em ter um pedaço de terra. As reflexões que apresentamos neste trabalho são fruto de pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos nos municípios de Calmon (Santa Catarina) e General Carneiro (Paraná), que metodologicamente se embasam na realização de trabalhos de campo que buscaram a compreensão da realidade/fenômeno entendida de forma articulada a um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade. Nesse contexto também nos valem das fontes orais, por meio das contribuições das entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores e camponeses, e da utilização de fotografias. Conclui-se que Calmon e General Carneiro são a expressão do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. Ao terem

como base da organização econômica e social a madeira mercadificada identificam-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos. **PALAVRAS-CHAVE:** Contestado; monocultivo de *Pinus*; trabalho; luta pela terra.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe fazer uma abordagem do Contestado enquanto um território contíguo ao Sudeste paranaense e Norte catarinense, deste modo partimos do entendimento que o Acordo de Limites, assinado em outubro de 1916, não separou o Território Contestado. Para tanto apresentamos alguns resultados de pesquisas que indicam que a dinâmica econômica e social de municípios como Calmon (Santa Catarina) e General Carneiro (Paraná) estão inseridas na mesma estrutura espacial. São municípios marcados pelas repercussões da Guerra do Contestado, tais como: concentração de terras, condição de pobreza da população, monocultura de *Pinus*, dinâmica territorial do trabalho e produtiva sem

diversidade, ausência de emprego sobretudo para mulheres entre outros, em contrapartida, assim como durante os quatro anos de Guerra, permanece o sonho e a luta pela conquista de um pedaço de terra que permita o trabalho, a produção de alimentos e a existência com dignidade.

Para desvelar a dinâmica econômica e social do Contestado apresentamos os entendimentos e apreensões dos sujeitos sociais entrevistados. São homens e mulheres, trabalhadores e camponeses que trouxeram elementos para entendermos a dinâmica territorial no Contestado por meio de uma aproximação entre os municípios de Calmon e General Carneiro. Deste modo, apresentamos parte dos resultados das pesquisas e incursões em campo realizadas em 2016 e 2017 em Calmon, na oportunidade entrevistamos trabalhadores e trabalhadoras que residiam no espaço urbano do município. E em General Carneiro quando no ano de 2018 foram entrevistados assentados e no ano 2019 entrevistamos camponeses que vivem no Acampamento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “Vitória do Contestado”.

Os entrevistados e as entrevistadas destes municípios compartilham de condições degradantes de trabalho ao longo de suas vidas ao mesmo tempo que mantêm o sonho de seus antepassados que lutaram na Guerra do Contestado: ter um pedaço de terra que permita viver sob outras bases distintas daquelas marcadas pela precarização e degradação do trabalho e das suas condições de vida.

2 | RESULTADOS

Os municípios de Calmon, no Contestado catarinense, e General Carneiro, no Contestado paranaense, carregam em suas formações territoriais as marcas de um território tecido por mecanismos de controle social e pela expansão do modo de produção capitalista em que a madeira foi colocada como única alternativa para o desenvolvimento econômico, para tanto foi preciso negar outras práticas produtivas e outras territorialidades como aquelas caracterizadas pelo modo de vida caboclo. Na atualidade estes municípios carregam os piores IDHM – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais nas regiões em que estão inseridos (Calmon – 0,622 e General Carneiro – 0,652).

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território o acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que domina a região em todas as escalas. (FRAGA, 2013, p. 387).

Soma-se a isso a estrutura concentrada da terra. Em Calmon, apenas quatro estabelecimentos abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, 204

estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território. Destes estabelecimentos, é importante mencionar que pelo menos parte, deve representar área dos assentamentos de reforma agrária, Putinga (4.339 hectares) e Jangada (2.226 hectares), instalados no município em 1987, e que de acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuem respectivamente, 167 e 77 famílias assentadas.

Em General Carneiro, os dados de imóveis e área de terras declaradas também indicam a concentração fundiária. No município, 12,88% das terras declaradas são ocupadas por 710 imóveis com área de até 50 hectares, isso significa que se todos tivessem a mesma área cada imóvel teria 20,8 hectares, muito distante dos 2.154 hectares de área média dos 24 imóveis com área superior a 1.000 hectares, porém, destes, 1 imóvel possui área de 7.789 hectares e outro registra 9.519 hectares de área declarada. No município de General Carneiro existem três assentamentos de reforma agrária, sendo: Rio Catequese, Colina Verde e Recanto Bonito onde vivem 149 famílias, além de um acampamento de luta pela terra chamado Vitória do Contestado que se formou numa área improdutiva e com uma série de pendências trabalhistas que atualmente abriga pelo menos 40 famílias. A presença do monocultivo do *Pinus* também é outra marca do território destes municípios, aliás 30% das áreas de *Pinus* no Brasil se encontram no Contestado, em Calmon e General Carneiro de acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), ¼ da área destes municípios é ocupada pela monocultura de florestas artificiais, com destaque para o plantio de *Pinus*.

Esses dados têm um significado geográfico para além da área ocupada e da quantidade produzida de *Pinus*. Representam o conteúdo territorial de um processo socioeconômico centrado na monocultura, enquanto forma de desenvolvimento, apropriação das terras e negação da diversidade.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. De acordo com Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado mais uma vez é inegável exemplo, quando assevera, que “quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos” (MARÉS, 2003, p. 13).

Para Fraga (2013), o Contestado está se transformando lenta, ou, rapidamente, num grande deserto verde, e, onde antes se plantava a roça e a pequena lavoura para venda e subsistência, se veem as propriedades abandonadas e dominadas por este alienígena – o *Pinus*.

Nesse ínterim percebe-se que “a produção do espaço geográfico, do espaço social, é da maior importância para a sociedade, de vez que da forma produzida vai depender a qualidade de vida da população” (ANDRADE, 1980, p. 107). Dessa maneira a relação entre a base produtiva e a condição de vida da população é destacada pelo entrevistado

que é assentado no município de General Carneiro.

Até hoje General Carneiro só sobreviveu da madeireira, por exemplo, em General Carneiro você vai vender um produto não tem uma cooperativa, [...] você não tem como vender teu produto, ou você vende queijinho de casa em casa que nem eu vendia quando eu trabalhava lá [na cidade], ela [esposa] fazia o queijo aqui [no lote] eu levava e vendia pro pessoal, você faz assim porque não tem onde vender teu produto. [...] Não tem emprego porque *Pinus* só dá dinheiro pra fazendeiro, a pobreza tá aí. [...] Que nem a gente, são quinze hectares, seis alqueires de terra, você vai plantar *Pinus*, você vai esperar vinte anos pra vender *Pinus*, como? Não tem como. [...] Enquanto eles não investirem na agricultura vai ser essa pobreza, ou indústria uma coisa assim né. (ASSENTADO, 2018)

O entrevistado destaca a viabilidade econômica do *Pinus* apenas para os grandes proprietários de terra, de modo que essa forma concentrada de produção gera a pobreza ao mesmo tempo que o longo ciclo produtivo da planta mostra sua inviabilidade para pequenos agricultores. Por fim, o assentado entende que para superar a pobreza é preciso mexer na dinâmica produtiva do município por meio do incentivo à agricultura e à indústria.

Nesse contexto concordamos com Ludka (2016, p. 152) quando diz que “ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”.

O entendimento do entrevistado é respaldado por outros sujeitos, deste modo, para camponeses e trabalhadores é inerente o nexos entre a produção concentrada de *Pinus* e a condição de pobreza da população, ou seja, compreendem que a não existência de alternativas à produção madeireira gera poucas possibilidades de emprego no campo e na cidade, de modo que se “fosse mais ter agricultura eu acho que seria diferente, o povo estaria com mais emprego, não sei, ou mais renda pro município” (ASSENTADO, 2018).

A suplantação da produção concentrada do *Pinus* também é destacada pelos entrevistados em Calmon como caminho para a superação da pobreza em vista da maior geração de empregos, conforme nos indica um trabalhador ao ser indagado sobre as causas da pobreza no município.

Não posso disse por quê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [...]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego]. (TRABALHADOR, 2016).

A falta de emprego para aqueles que possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica é um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo, que é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

Outro entrevistado em Calmon também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas tomadas pelo *Pinus*.

Pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o *Pinus* pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só *Pinus*, olha aí ó” (TRABALHADOR, 2016).

Quando o trabalhador remete à monocultura do *Pinus* como um dos elementos da pobreza no município evidenciamos a contradição, que é outra idiosincrasia do modo de produção capitalista. Ao passo que parte considerável dos trabalhadores tanto em Calmon quanto em General Carneiro empregam-se nas atividades decorrentes do *Pinus* e, portanto, garantem a reprodução de si e de suas famílias, identificam a uniformização da paisagem e das condições de trabalho como dispositivo para o nivelamento por baixo das condições de vida, de trabalho e de distribuição de renda.

Para outro entrevistado a concentração de terras é causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem *Pinus*, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, a concentração fundiária agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra, como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterram-se e desterritorializam-se homens e mulheres para, inclusive, não lhes proporcionarem condições de venderem a força de trabalho. Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz.

Eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do *Pinus*, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar. (TRABALHADOR, 2016).

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores e camponeses em Calmon e General Carneiro foi nos apontado outro elemento para a condição de pobreza da população, entendido enquanto desdobramento da concentração produtiva do *Pinus*, trata-se da falta de empregos para as mulheres trabalhadoras. Como dito, o *Pinus* é predominante nos municípios, de modo que a dinâmica do mercado de trabalho é regulada pela necessidade de plantio, roçada, desbaste e corte do *Pinus*. Funções que não empregam mulheres, conforme indicaram os entrevistados e entrevistadas, “ó, a minha filha só trabalha na [colheita de] batatinha [cinco, seis meses por ano], só tem emprego quando começa a batatinha” (ACAMPADO, 2019).

Outra entrevistada hoje com quarenta e nove anos, há trinta vive em Calmon. Mora com o pai em uma casa simples, construída com madeira, por dentro cortinas separam a sala e a cozinha dos quartos. Para entrevistá-la nos sentamos na cozinha de chão de batido, em volta do fogão a lenha para aquecer do frio que entrava pela janela sem vidros. Mesmo com a evidente precariedade a trabalhadora relata que teve sorte, pois com o salário recebido de quando trabalhou na *BRF* em Videira e na colheita da maçã em Lebon Régis conseguiu comprar dois lotes, conta que há sete anos pagou cinco mil reais em cada lote, onde hoje mora sua família, aos poucos conseguiu construir a casa em que mora, e mais duas casas, uma onde reside sua filha com três netos e outra na qual mora seu filho.

Contou-nos que quando estudava morava em Mangueirinha/PR, porém somente concluiu os estudos antes de começar a trabalhar na *BRF*, segundo ela, a empresa não contratava trabalhadores sem terem concluído a 4ª série, foi quando estudou por aproximadamente oito meses em Calmon, para adquirir a escolaridade exigida pela empresa. Ao indagar sobre as causas da pobreza no município a trabalhadora diz.

Meu Deus do céu olha, pobre, pobre. É uma pobreza né, meu Deus do céu. [Pergunto o que deveria mudar em Calmon para mudar tal situação] eu acho que tinha que trazer mais serviço, mais emprego pra nós, que se nós mulher trabalhasse, né, já não fica mais tão difícil. Olha tem casa aí que tão o marido e a mulher desempregado, os dois desempregados, se tivesse mais emprego aqui que empregasse. Que tivesse mais emprego pras mulher, tem tanta mulher desempregada né, meu Deus do céu. (TRABALHADORA, 2017).

A trabalhadora comenta que por cinco anos seguidos trabalhou no período da safra da maçã, depois começou a trabalhar em Videira no setor de embalagens de mortadela da *BRF*, onde trabalhou por três anos, há cinco anos parou de deslocar-se diariamente de Calmon para Videira, foi quando trabalhou na serraria e na colheita da batata inglesa.

A busca de trabalho em outros municípios também é uma condição corriqueira para os trabalhadores de General Carneiro. Durante as entrevistas foi possível constatar que tanto nos assentamentos, quanto com a população em geral é comum a mobilidade diária para trabalhar em frigoríficos dos municípios de Ipumirim e Xaxim (frigorífico de abate de aves da Aurora) e para o trabalho sazonal e temporário na colheita de maçã em Água Doce (SC) e na colheita da batata inglesa em Palmas (PR). A entrevista da sequência apresenta alguns elementos sobre o trabalho temporário, como, por exemplo, o pagamento por produção, o tempo de deslocamento até o trabalho e o valor recebido após o término de um dia de trabalho.

Daí nós morava na cidade e saía trabalhar fora pra sobreviver, [eram assalariados ou trabalhavam por dia?] depende era por dia, as maçãs era por dia, as batatinhas também. [Quanto recebiam para colher maçã e batatinha?] agora não me lembro porque era por catança [produção] daí era o que a gente cata. [Que horário saiam para o trabalho?] nós saía cinco horas, quatro horas da madrugada [que horário voltavam?] nove, dez horas, quando quebrava o ônibus na estrada até meia-noite era cedo pra nós chegar. Naquela

época era oito reais o bag de batata, mil quilos de batata, colhia e ganhava oito reais, [quanto vocês conseguiam tirar por dia?] quarenta, trinta [reais]. [A safra de batata e de maçã é por um período e quando terminava trabalhavam em que?] daí os homens trabalhavam fora em erva [mate], em alguma coisa pra tirar o sustento. (ACAMPADO, 2019).

Outra trabalhadora entrevistada também faz referência ao trabalho na colheita de batata na localidade de São João de Cima, em Calmon e apresenta elementos muito próximos aqueles apresentados pelos entrevistados em General Carneiro, acrescenta, porém, as dificuldades no trabalho, as dores decorrentes da necessidade de catar batatinha arcados e as estratégias para diminuir as dores, seja com medicamentos ou bebida alcoólica.

Cada bag [saco] que você faz você pega a fichinha, 20 pila. Mil quilo de batatinha tem que colocar no bag por 20 pila. [O trabalho] é pesado, tem que encher as caixas, sabe essas caixas de compra que vem, você enche de batatinha. [...] Muito pesado, a batatinha é pesada, uns com caixa, outros com bolsa, outros com balde, é mil quilo cada bag por 20 pila, a [batatinha] da semente é 23 [reais], a mais miudinha. [Vai bastante gente pra trabalhar na batata] la bastante, ia dois ônibus, nossa, Deus o livre, é gentarada. [...] Vem os caminhão de fora, tem dia que tem dez caminhão, sem encher os caminhão você não sai de lá, tem que encher os dez caminhão, cinco caminhão, oito caminhão. [...] Nós saía daqui [de casa] seis horas, sete e pouco nós já tava lá, tomava o café tudo, nós levamô [café] da casa [e o almoço?] nós levamô também. [Depois do almoço tem o horário de descanso?] Ah para, nós pegava só uma e meia por aí, tem gente que não, tem gente que nem almoça, já toma o café lá pelas onze horas e continua, porque quanto mais você cata, mais você ganha. Daí você encheu o bag já passa um lá com o caderninho lá, marca teu nome ali e já dá a fichinha, você já guarda na sacola. [...] Você chega na casa os primeiros você não caminha, dói tudo. Deus o livre do céu, dois dias você não caminha, você caminha quando chega no serviço que daí você tem que caminhar. Daí passa três dias já passa e daí o remédio, nós compramos aqueles Dorflex, tomamos Dorflex, daí não tem dor. Meu Deus do céu. A piizada, quem toma gole diz que não tem dor sabe, só que a gente não tomava, daí eles levam um litrinho de pinga, toma uns goles lá, toma o dia inteiro. [...] Daí já dão batatinha pra trazer, um balde de batatinha. É bom, a turma tá ansiosa pra ir pras batatinhas, eles tão plantando já. [Para o plantio precisa de menos trabalhadores] Ah, daí vai só os homens né, pra plantar tem plantadeira, porque é cento e poucos alqueires. [E na colheita bastante mulher vai trabalhar?] Mais é mulher, é pouco homem, mais é mulher, vai bastante". (TRABALHADORA, 2017).

As poucas possibilidades de trabalho para as mulheres em Calmon e em General Carneiro revelam-se enquanto uma marca do desemprego estrutural nos municípios, ocasionado, em grande medida, pela uniformização do monocultivo do *Pinus*. Durante a realização dos trabalhos de campo e das entrevistas era muito comum os trabalhadores e as trabalhadoras relatarem a condição de desemprego de suas filhas, noras e vizinhas, bem como a relação entre o trabalho e as condições mais elementares à vida humana, como o acesso a alimentação.

Se a pessoa quer sobreviver tem que lutar, tem que lutar, porque se não, não tem, não tem como sobreviver aqui. Que nem aqui trabalha só meu véio [marido], se ele não lutar pra trazer as coisas pra dentro de casa eu não posso ajudar [...] Sabe o que é passar com uma cesta básica e ir terminado tudo, chega o final do mês, eu tô lavando roupa porque eu emprestei um pouquinho de sabão, se não, não tinha como sobreviver. Tá lá, ali dentro do meu guarda-louça, se quiser olhar o jeito que eu tô. Não tem [comida], não posso dizer que eu tenho minha filha. Tem essa casa aqui porque nós lutamos, graças a Deus e fizemos, para morar e não pagar aluguel, que nem minha filha tá pagando. [...] Serviço aqui nesse lugar não tem, tem que trabalhar fora se a gente quer sobreviver, se quer ter alguma coisa, se não fica travado”. (TRABALHADORA, 2017).

As dificuldades em prover a alimentação escancaram a pobreza vivida pela população em Calmon e em General Carneiro e nos colocam diante da estrutura espacial dos municípios em que a degradação da natureza e do trabalho decorrente da presença do latifúndio produtos de *Pinus* é a marca central que se manifesta na terra concentrada, no trabalho escasso e precário, na inexistência de perspectivas de emprego, sobretudo, para mulheres e jovens, desdobramentos, em grande medida, provocados pela opção mercadológica pela madeira e pela monocultura de *Pinus*, ou seja, as monoculturas provocam o agravamento das condições socioeconômicas das populações e também a “erosão da biodiversidade” (SHIVA, 2003), que dialeticamente se entrelaçam, já que a “diversidade é a base da estabilidade ecológica e social” (SHIVA, 2003, p. 94).

Entretanto, mesmo diante da negação à diversidade imposta pela concentração fundiária, pelas monoculturas e por uma opção político-econômica de desenvolvimento do capitalismo, contraditoriamente, os trabalhadores e camponeses continuam com o desejo em ter um pedaço de terra, isso se revela nas territorialidades que marcam os trabalhadores mesmo quando vivem situações de desterritorialização, passando a residir no espaço urbano, caso de uma trabalhadora entrevistada em Calmon que cria pequenos animais no fundo do lote em que mora. Das galinhas vem os ovos e dos frangos e porcos a carne para alimentação da família que se somam aos alimentos produzidos na horta que cultiva num terreno em frente à casa. Ao ser indagada se gostaria de ter terra para morar e trabalhar, nos diz.

Sim, eu sempre falo pra ele [marido], sempre tô falando, porque daí a gente consegue fazer as coisas né. [...] Por causa que lá a gente pode fazer uma coisa né, pode plantar um milho, pode plantar uma mandioca, pode plantar uma batata doce, pode ir plantando o que a gente quiser, pode ter galinha, quem nem eu tenho aí [no fundo do lote], minhas galinhas tão tudo fechada aí. Pode ter uma galinha, porque daí a gente tem ovo, tem um monte de coisa. Que nem eu tenho um porquinho fechado ali, tinha quatro, tive que matar, porque aqui [na cidade] não pode ter. [...] Tenho um galinheiro de franguinho aqui, outro de galinha ali, outro lá e meu porquinho fechado [no fundo do lote]. Tem, a gente tem as coisas aí, porque eu gosto, sabe quando a gente gosta de ter as coisas. Pensa que tá faltando alguma coisa eu vô ali pego uma galinha dá pra fazer um molho. E se não tem vai fazer o que. (TRABALHADORA, 2017).

Para aqueles camponeses que se encontram nas trincheiras de luta em busca da conquista da terra, caso dos acampados em General Carneiro, o desejo em ter a terra se

transformou numa reação, diante das condições de exploração e expropriação em que viviam, ao ocuparem uma área de terra improdutiva e com uma série de dívidas junto à Receita Federal. Ao indagar um dos acampados sobre o que a terra significa para ele, nos diz.

Ai meu Deus, eu quero [terra], a gente tava falando com esse aqui hoje [filho], a gente pretende criar galinha, criar porco, gado, é o começo, mas como diz é o sonho de todo mundo você viver bem e ter os bichinhos né. Quando nós viemos pra esse acampamento aqui, aqui especificamente, eu olhei ali [aponta para o local], você vai me dizer, mas ali não é um banhado? É, eu pensei vou colocar uns porquinhos no meio. [...] Eu quero [ter] e no caso além dos animais a planta, eu quero plantar o que eu conseguir, viver daí, viver da plantação, cultivar erva [mate]. Eu acho que é tudo, você junta um pouquinho da erva [mate], um pouquinho da mandioca, do milho, do feijão eu acho que dá, e é por aí. [...] E como eu falei pra vocês em pouco tempo eu tô comendo almeirão, tô comendo pepino. (ACAMPADO, 2019).

Na sequência apresentamos na figura 1 que mostra parte dos animais e da horta destacados pelos entrevistados, os porcos e as galinhas criados pela trabalhadora de Calmon e o pepino e o almeirão na horta do camponês acampado em General Carneiro.



Figura 1. Horta e animais dos entrevistados em Calmon e General Carneiro

Fonte: Trabalho de Campo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o plantio de *Pinus* no Contestado busca-se um campo homogêneo de formas de produção, por meio de uma natureza artificializada, produzida mercadologicamente para atender aos interesses do sistema sociometabólico do capital, ou seja, denota a implantação de uma racionalidade econômica carregada de contradições, interesses e conflitos que significa, em essência, o aprofundamento das desigualdades, num território

já marcado pela lógica espoliatória de acumulação.

Assim, por dentro da dinâmica territorial do capital e do trabalho é importante desvelar as marcas da monocultura do *Pinus*, no que concerne à constituição do campo caracterizado pela concentração fundiária, tomado por médias e grandes empresas que se denominam “reflorestadoras”, que geram poucos empregos e, em geral, apenas para homens. Em municípios do Contestado, tomados pelo *Pinus*, como Calmon e General Carneiro, as mulheres trabalhadoras não têm emprego, de modo que o que resta à elas é o trabalho precário e sazonal, principalmente na colheita da batata-inglesa e da maçã.

Nesse contexto, procuramos trazer os significados e desdobramentos de tal realidade para as populações de Calmon e General Carneiro, tais como: as apreensões dos entrevistados a respeito da monocultura de *Pinus*, os desdobramentos em torno da dinâmica territorial do trabalho e no que se refere às condições de vida da população. Condições estas que nos mostram que a divisão político administrativa entre Paraná e Santa Catarina não separou o Contestado em territórios distintos, pois as mesmas territorialidades se expressam tanto em General Carneiro quanto em Calmon, deste modo o território é atravessado por lógicas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que se expressam formando uma totalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis, MPSC, 2013.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra**: cenários paradoxais no sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 